

PARAÍBA: UM CONVITE AO ENSINO DE HISTORIA LOCAL

Joana D'Arc Bezerra de Souza

Aluna graduanda em História - UEPB

Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Doutora em História - UEPB (Orientadora)

RESUMO: O ensino de História da Paraíba nas salas de aula do estado sempre foi um desafio. O presente artigo visa discutir a ausência do ensino de História Local, nas aulas do fundamental em Campina Grande. No decorrer do texto serão apresentadas reflexões sobre o ensino de história, as mudanças e propostas voltadas a disciplina histórica, o ensino de história local e a escassez de materiais didáticos sobre a temática, a prática docente no exercício do ensino de História da Paraíba. É pertinente essa discussão por entender que o ensino da história local possibilita localizar professores e alunos dentro da história, privilegiando a formação do cidadão com habilidades para pensar sobre a sociedade na qual está inserido.

Palavras-Chave: Ensino de História, História Local, Livro Didático

No atual mundo globalizado em que vivemos pensar a educação escolar a partir de uma postura crítica é um ponto importante para o ensino de história, pois as aulas de história devem contribuir entre outras coisas para que os alunos se posicionem frente às questões de seu tempo e da realidade social na qual está inserido. A realização dessa pesquisa em andamento parte do pondo de que vivemos numa sociedade onde a globalização demonstra uma tendência a desvalorizar as localidades em detrimento de uma história generalizante.

A escolha pela discussão em torno do ensino de História Local no ensino fundamental se pauta por dois fatores, um pela compreensão de que o ensino de história empregado a essa fase contribui e muito na formação identitária do aluno, e dessa forma deve viabilizar meios para que os alunos sintam-se de fato sujeitos históricos, e compreendam seu papel social e a relevância de sua intervenção na sociedade, e o outro pela ausência dessa discussão nessa fase do ensino básico já que no ensino médio essa discussão é realizada, mesmo que ainda de modo simplificado.

Este texto tem por objetivo analisar o ensino de história local no ensino fundamental, a partir dificuldades enfrentadas por professores e alunos de algumas escolas públicas da cidade de Campina Grande, identificar alguns dos problemas

existentes no cotidiano escolar por eles vivenciado, e a partir dessas situações de silenciamentos pensar nas possibilidades de se trabalhar em sala de aula o conhecimento mais próximo do aluno, a história de sua cidade, do seu Estado.

Percebendo a história como uma ciência passível de mudanças, o objetivo é evidenciar a necessidade de se explorar a complexidade histórica do lugar onde se vive e com isso estimular os alunos a descobrirem representações do mundo na História Local, ou seja, no seu meio social, visando com isso levar os mesmos a perceberem o seu lugar, não apenas no que diz respeito ao âmbito físico, mas principalmente ao aspecto social para que dessa forma o ensino de história possa contribuir no conhecimento da sua realidade, daquilo que se constitui como a história do seu Lugar, e conseqüentemente possibilite a afirmação de sua identidade no processo histórico.

No que diz respeito às concepções de currículo escolar, abordarei de maneira rápida o que é a teoria crítica do currículo. Sabe-se que o surgimento da Teoria Crítica do currículo é apontado historicamente como fruto das transformações sociais e políticas da década de 1960, transformações ocorridas no Brasil e no mundo, como no caso dos embates contra o processo de ditadura brasileira, os movimentos estudantis na França, entre outros. Ou seja, foi um movimento de renovação da teoria educacional tradicional, de modo que os estudiosos e teóricos pautados no universo da Teoria Crítica da educação e do currículo fundamentaram suas análises e discussões na crítica a racionalidade técnica da tradicional teoria educacional.

A Teoria pós-crítica do currículo representou a ampliação das problemáticas a serem feitas durante análise do currículo, ela articula a produção do conhecimento as relações de poder e a produção de identidades sociais, dessa maneira possibilita pensar na ligação entre conhecimento e indivíduo.

A partir da teoria pós-crítica o conceito de currículo sofre modificações, passando dessa forma a ser visto como 'um produto' cultural, um saber inacabado. Neste sentido educação escolar e currículo sofrem influência das relações de poder que determina 'quem', 'o que' e 'como' o conhecimento histórico deve ser trabalhado. Neste sentido podemos afirmar que o processo de elaboração do currículo, pelo qual são elencados os conteúdos a serem ministrados em sala, não deve ser visto como 'neutro', pelo contrário a seleção do conhecimento escolar historicamente tem se mostrado como o produto de uma seleção cultural. Onde os valores, costumes, hábitos e povos durante muito tempo foram silenciados ou marginalizados no currículo, assim foram pelas mais diversas intencionalidades, pois o currículo

representa os mais diversos interesses de quem o fabrica. Dessa forma segundo Bittencourt:

As finalidades das disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a escola desempenha o papel de fornecedora de conteúdos de instrução que obedecem a objetivos educacionais definidos mais amplos. Dessa forma, as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade. (BITTENCOURT, 2004, p42)

No Brasil desde sua implantação o saber histórico tem sido utilizado a serviço dos grupos no poder no sentido de incentivar a internalização nas classes populares dos valores cívicos, patrióticos. Por isso a abordagem histórica se mostrar pautada pelo culto as datas, aos grandes feitos e heróis da pátria. Uma maneira encontrada pela elite para legitimar o poder político vigente, apresentada de forma factual, desfragmentada sem nenhuma articulação dos fatos entre si e dos mesmos com as inquietações do presente. Das narrativas históricas se encontra excluído a participação da coletividade, das classes populares, assim suas experiências e seu cotidiano são silenciados.

Nos anos 30 do século XX se observa um empenho por parte do Governo Vargas em estabelecer uma memória histórica nacional e patriótica no ensino primário. Neste sentido os conteúdos escolares passam a obedecer a normas mais gerais, voltando todo sistema para promover o culto aos heróis e a internalização das datas cívicas. Assim pode-se observar que:

No entanto, foram às reformas do sistema de ensino nas décadas de 30 e 40 que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a, definitivamente, como disciplina escolar. A partir desse momento, não mais deixariam de haver programas curriculares estruturados, com definição de conteúdos, indicação de prioridades, orientação quanto aos procedimentos didáticos e indicação de livros e manuais. (FONSECA, 2006, pg52)

O saber histórico torna-se de fato uma disciplina e como tal passa a apresentar uma organização e vai se estabelecer através do currículo, este vão orientar as discussões desse componente disciplinar. O conhecimento histórico no Brasil se organiza seguindo o modelo europeu, mais especificamente o francês, linear, evolutivo onde o saber histórico se apresenta através de um programa curricular dividido em História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Dessa maneira a

própria História do Brasil acaba sendo organizada seguindo a perspectiva dos marcos europeu.

Essa divisão periódica se dá por uma questão didática e ideológica. Didática no que se refere à necessidade de sistematizar cronologicamente os fatos para possibilitar a compreensão do processo histórico; e obedece a critérios ideológicos no sentido de que a seleção dos acontecimentos históricos tem sido utilizada para permitir que o mundo Ocidental seja visto como o eixo principal da história da humanidade ao passo que as experiências de outros povos não ocidentais sejam ignoradas nos discursos da história dita oficial.

Na década de 50 o Ministério da Educação vai promover novas mudanças que significou a redistribuição dos conteúdos das séries iniciais, mas ainda assim o saber histórico deveria evidenciar e fortalecer a idéia de unidade e continuidade da história do país.

Entre as décadas de 1960 e 1970, durante o regime militar o que se observar é o interesse em enfatizar o ensino de educação cívica, medidas de restrições no que diz respeito a atuação dos docentes e a reorganização da história nesse momento assume um caráter político, e a História e Geografia daria lugar aos Estudos Sociais e a Educação Moral e Cívica, onde a disciplina história passou a ser repassada como conteúdo voltado para a formação cívica e o ajustamento dos jovens, de acordo com os objetivos e interesses do Estado, já que este projeto objetivava garantir a “segurança Nacional” e o suposto desenvolvimento econômico (FONSECA, 2000).

A partir do fim da década de 80 do século XXI várias propostas são lançadas para o ensino de História no nível Fundamental e no Médio. Entre estas propostas temos o surgimento dos PCN's. Entre algumas reformulações encontra-se a preocupação em trabalhar a idéia de conceitos históricos com o alunado desde séries iniciais. As formulações não se limitam apenas no emprego dos conceitos, mas se estendem a outros aspectos:

Algumas das propostas visam também alterar a organização dos currículos concêntricos pela introdução de uma concepção de história local ou de “história do lugar” que procura estabelecer articulações entre o mais próximo (ou o vivido do aluno) e a história nacional, regional e geral ou mundial (...). Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na história do cotidiano e apropria-se de seus métodos, com o objetivo de inserir as ações de pessoas comuns – homens, mulheres, crianças e velhos – na constituição histórica, e não exclusivamente as ações de políticos e das elites... (BITTENCOURT, 2004, pg.113-114)

Sendo assim essas propostas vão contemplar a produção do conhecimento histórico de uma forma plural, ou seja, não somente a história mundial, mas também a história mais próxima do aluno vai ganhar espaço nas discussões, não somente a história vista de cima, mas a história das camadas populares, isto é, serão levados em consideração todos os aspectos da produção humana como igualmente importantes. Na tentativa de dar vozes às culturas negadas pelos currículos até então como as manifestações de cunho regional, as experiências locais dos alunos, etc.

Os docentes podem trabalhar os conteúdos que não estejam diretamente presentes no currículo 'imposto', mas que se façam necessários ao conhecimento do aluno, ou seja, eles podem elaborar o currículo real. De acordo com Bittencourt

O papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre *currículo real*, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. (BITTENCOURT, 2004, pg.50)

Não devemos esquecer que além do currículo oficial elaborado, pelos órgãos responsáveis, para cada fase do ensino existe aquele currículo que se elabora em sala de aula, na convivência e experiência do professor com seus alunos. E que o professor pode atuar no sentido de elaborar um currículo que contemple discussões que ao seu entender sejam importantes ou necessárias.

A ausência do ensino de história local e o silenciamento da camada popular nos discursos históricos oficiais podem contribuir para que o aluno tenha dificuldade de assumir um papel ativo no processo histórico. O aluno em muitos casos pode vir a acreditar que a história é construída apenas pelos aqueles. Esse fator pode favorecer a internalização do não sentimento de identificação do aluno com os conteúdos presentes nos livros didáticos. De modo que:

Por fim, a reação dos alunos à história nas salas de aula, que se apresenta na forma de aversão ou de apatia frente ao que é ensinado, quando afirmam que não sabem para que estudam isso ou que a história não tem função ou sentido, demonstra que até o presente há um considerável emprego da idéia de história como fatos isolados e não como processo, como matéria decorativa e não interpretativa. (BARBOSA, 2006, pg. 63)

Nessa perspectiva o desconhecimento de sua realidade, contribui em muitos casos para a dificuldade do aluno de se perceber enquanto um agente histórico. Em muitos casos os saberes históricos trabalhados em sala não despertam o interesse do aluno por não evidenciar uma possível aplicabilidade desse saber em seu cotidiano,

ou seja, o alunado vê a história como referente somente ao passado, uma espécie de conhecimento pronto e acabado.

Os alunos das séries do ensino fundamental das escolas públicas de Campina Grande em sua grande maioria não são contemplados nas discussões escolares com a abordagem referente ao seu meio, a história de sua cidade, seu Estado. Esse é um fator preocupante e relevante se levarmos em conta que os saberes históricos trabalhados em sala devem contribuir para que o aluno possa compreender o seu papel na construção da história.

É evidente que a escola deva atuar no sentido de permitir que seus alunos possam trilhar múltiplos caminhos, que os conduza na descoberta do saber. Entretanto, não podemos esquecer as histórias de vida dos alunos, vivências estas que deve ser exploradas, fazendo com que, a partir do meio social dos alunos, eles possam identificar-se com o conteúdo perpassado pela escola e, conseqüentemente, interessarem-se pelo processo de ensino-aprendizagem. Compreendendo que o ensino de história é, na verdade uma aprendizagem da vida; uma identificação com nosso mundo social. Segundo Bittencourt (2004):

A escola, por sua vez, também é concebida ou como o “lugar” privilegiado da produção das disciplinas escolares, mesmo que possa estar mais ou menos dependentes de interferências externas, ou como instituição que, embora conte com vários agentes no seu interior, não tem autonomia suficiente para a criação (BITTENCOURT, 2004, p.50)

Dessa maneira, perceber a escola como um espaço de interação de conhecimento, e a sala de aula como uma via de criação de saber é fundamental para que se possibilite uma interação entre os sujeitos do processo de aprendizagem: professores e alunos.

Com relação ao papel assumido pelo livro didático no âmbito escolar, é reconhecido o fato de que o livro didático é em muitos casos o único instrumento disponível para que os professores e por esta razão ele acaba direcionando o próprio currículo. A partir da década de 1980, no Brasil ampliou-se de forma significativa a distribuição de livros didáticos. De forma que hoje o PNL (Plano Nacional do Livro Didático) distribui gratuitamente livros didáticos para o ensino fundamental para todas as escolas públicas do país, sendo o maior programa de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo.

A pesquisa em andamento analisa duas obras publicadas na década de 1990 sobre história local. Nesse período se percebe que os materiais didáticos relacionados

a essa temática são poucos e os existentes demonstram ausências e silenciamentos. As duas cartilhas correspondem uma destinada ao primeiro ciclo do fundamental intitulada de *'Paraíba'* e a outra voltada aos alunos de 5ª a 8ª do ensino fundamental cujo título é *'Cartilha Paraibana: aspectos geo-históricos e folclóricos'*, ambas produzidas pelo governo do Estado na década de 90. A primeira cartilha se propõe a levar os alunos das séries iniciais a ter o seu primeiro contato com a história do seu meio, esse material apresenta uma abordagem superficial e bastante incipiente onde os textos e imagens presentes nessa cartilha reforçam as narrativas de caráter oficial. No caso da segunda, a Cartilha Paraibana, ela é o material mais conhecido por alunos e professores embora não seja efetiva a sua utilização no cotidiano escolar. Logo em sua apresentação encontra-se uma nota da secretária de Educação que enfatiza os motivos que levaram ao Governo do Estado vigente na época a confeccionar esse material, o texto de apresentação expõe que:

“O ensino fundamental que se pratica entre nós sempre negligenciou nos cuidados para situar a criança no seu espaço de origem. Seduzida, em sua inocência, pelo fascínio alienante da televisão, ela recebe mais lições da violência espetacular, do tumulto social das grandes cidades, do que do espaço onde nasceu e que, para viver como cidadão livre, terá de transformá-lo e dominá-lo. Não é sem motivo que a Constituição manda fixar, entre os conteúdos mínimos da formação básica, o respeito aos valores nacionais e regionais.”
(RODRIGUES, 1993, pg. 7,)

A história apresentada pela Cartilha segue o viés positivista, a história ligada à idéia de causa e efeito, ela aborda questões geográficas, históricas e folclóricas. No que diz respeito à discussão histórica essa é pautada pelo culto aos grandes vultos e fatos históricos, é a história das elites, prioriza as narrativas oficiais onde a presença popular se restringe às narrativas voltadas às culturas e o folclore.

A pesquisa vai analisar duas escolas públicas de Campina Grande, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profº Raul Córdula e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Félix Araújo. Ambas serão usadas como um parâmetro. Nelas assim como em muitas outras da cidade o ensino de História Local se apresenta como um desafio para professores e alunos. O espaço dado às discussões de História da Paraíba se limita às séries do Ensino Médio e essa abordagem se justifica pela exigência desse conhecimento nas provas de vestibular aplicadas pelas universidades públicas do Estado. Mesmo diante dessa necessidade as discussões referentes à história local ainda demonstram carências.

Durante o estágio supervisionado conversei informalmente com alguns docentes sobre essas cartilhas e seu uso em sala de aula, alguns docentes afirmaram que utilizam muito pouco esse material, que não se sentem a vontade para trabalhar a História da Paraíba pelas dificuldades de se encontrar materiais didáticos adequados. Outros sinalizaram para o fato de que o ensino de História da Paraíba não se encontrar presente nos currículos das séries do fundamental, nesse caso o currículo não privilegiando a temática condicionaria a não aplicação do tema. No entanto mesmos aqueles docentes que lecionam no ensino médio afirmaram encontrar dificuldades na busca por materiais que possam suprir as lacunas presentes nas cartilhas, tendo muitas vezes que adaptar materiais de cunho acadêmico para a linguagem didática de seus alunos. E deixam claro que mesmo tendo sido confeccionados as Cartilhas e direcionadas as escolas públicas, esses materiais didáticos não se encontram disponibilizados para todos os alunos como material básico, ou seja, as escolas possuem esse material em pequeno número presente em suas bibliotecas, mas não para manipulação diária daqueles que deveriam ser o público alvo desses materiais: os alunos. E esse seria um motivo que dificultaria o trabalho e a familiarização da temática pelo alunado. Os mesmos deixam claro em seus discursos, que o livro didático é um instrumento orientador da prática pedagógica e um suporte “necessário” nas aulas de História.

A realidade apresentada no sistema educacional do país é possível compreender que o livro didático ocupa um lugar central no desenvolvimento das aulas de História, seja como única ferramenta disponível para o aluno, seja como ferramenta auxiliar, ou mesmo como referencial de leitura de conteúdos, exercícios e etc. Daí a importância de materiais didáticos sobre a temática. Onde a utilização desses materiais associada à abordagem da história mais próxima do alunado pode contribuir para que os alunos consigam articular sua experiência com os fatos passados, a história do seu cotidiano com as narrativas históricas de outros tempos. É preciso que se trabalhe a ideia de processo histórico para que assim o aluno perceba que ele se constitui enquanto um agente histórico e não mero expectador.

No que diz respeito à produção do conhecimento histórico um ponto importante a ser refletivo diz respeito ao conhecimento histórico produzido no âmbito das universidades, este saber por muitas vezes tem permanecido ‘preso’ aos muros dessas instituições e se colocado como um saber para historiadores ou membros da academia. Como se não houvesse possibilidades de socialização desse conhecimento com professores e alunos das escolas de ensino fundamental e médio. Entende-se que o conhecimento histórico escolar tem um perfil próprio, mas isso não

deve impedir a articulação do saber acadêmico com o saber histórico escolarizado. Segundo Bittencourt:

(...) Os hiatos são evidentes, mas não se trata de buscar superá-los, integrando automaticamente as “novidades” das temáticas históricas às escolas. Os objetivos diversos impõem seleções diversas de conteúdos e métodos. A formação de professores, por outro lado, vem dos cursos superiores, é preciso entender a necessidade do diálogo constante entre as disciplinas escolares e acadêmicas.

Dentro da perspectiva de que esses âmbitos do saber podem e devem se articular, é que nos últimos anos no sentido de suprir a necessidade de livros didáticos voltados à temática da História Local, teremos a publicação de algumas obras relacionadas à História da Paraíba. No ano de 2001, os profs. Damião Lima e Eliete Gurjão organizaram pela UEPB a obra *‘Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos’*, produzido para atender a solicitação de muitos professores, no sentido de suprir a necessidade de livros didáticos dessa disciplina. Em 2003, uma equipe de professores da UFCG (Agra, Clarindo, Gutemberg, Aranha e Mendonça) publica a obra *‘A Paraíba no Império e na República’* que tinha o objetivo de contribuir com pesquisas e estudos acadêmicos, no entanto esse livro foi adotado por muitos professores e alunos de aulas preparatórias de concurso e vestibular justamente pela escassez de textos sobre a história de nosso Estado. Estas lacunas e ausências ainda presentes sensibilizaram professores da UFCG, UEPB e UFPB que em 2008 publicaram dois livros didáticos de História da Paraíba. Um é o livro *‘Paraíba: meu passado, meu presente’*, direcionado ao ensino fundamental, de grande importância por ser este um período de formação identitária, o outro é o livro *‘História da Paraíba: ensino médio’* projeto desenvolvido em 2005 e lançado no primeiro semestre deste ano. Sendo todos eles de suma importância para o conhecimento da história local.

O conhecimento da história do seu meio se faz importante na construção de das identidades e da cidadania dos alunos e professores, e que essas lacunas precisam ser preenchidas com o lançamento e aprimoramento dos materiais didáticos, assim como a garantia de preparação para que os docentes possam estar aptos a trabalharem a temática. Tendo em mente que um dos principais papéis assumidos pela da História é a criação de identidades. Quem sabe assim os alunos possam enxergar a ciência histórica como um conhecimento dinâmico no qual ele participa diretamente e os docentes possa se sentir mais seguros ao tratar de suas experiências.

Entre as perspectivas pedagógicas positivas temos a de Freire, onde esta defende que a atuação democrática de um educador pode vir a ser verificada quando o aluno apresenta condições para assumir uma postura,

(...) democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (FREIRE, 2002, p. 127).

Diante da perspectiva de educação como um instrumento de transformação social, se faz necessário que o aluno desenvolva estas potencialidades, que tenha habilidades para identificar o conhecimento escolarizado e relacioná-lo com a realidade que cerca. Refletir sobre o silenciamento e o não lugar da história local nas séries do ensino Fundamental se mostra pertinente visto que persistem muitas deficiências nesse campo e que a utilização desses materiais didáticos existentes ainda se mostra um desafio para docentes e alunos.

Pensar a formação do cidadão e de sua cidadania a partir do ensino de História, dessa forma entre as preocupações dos educadores se encontra a de criar situações de aprendizagem na qual os alunos possam trabalhar o saber histórico a partir da História Local de maneira a participar de todo o processo, e perceberem-se como sujeitos atuantes da história. A partir das relações que são tecidas no cotidiano educacional, sobretudo, na vivência de sala de aula: tanto a partir do processo ensino-aprendizagem.

Esperamos que as obras existentes possam vir a auxiliar professores do ensino fundamental e médio em suas aulas de história, para que dessa maneira o ensino de História Local deixe de ser um desafio e passe a ser uma realidade nas salas de aula de nosso Estado. E que novos olhares sejam lançados sobre a História de nosso Estado e que outros trabalhos possam ser socializados entre academia e comunidade escolar, assim como a postura dos docentes frente à temática possa transpassar o currículo oficial e se colocar no currículo desenvolvido no cotidiano das salas de aula. A tentativa de chamar atenção a necessidade de se conhecer a 'nossa' história se dá pelo entendimento de que o conhecimento da história mais próxima do aluno pode privilegiar a formação do cidadão com habilidades para pensar sobre a sociedade em que está inserido e intervir nela de forma a transformar os índices da sua qualidade de vida, de maneira que o aluno possa se perceber não somente como expectador, mas como agente histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Vilma de Lurdes. "Ensino de História Local: Redescobrimos Sentidos". Saeculum - Revista de História, João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, nº15, jul/dez.2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História e Ensino de História. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.119p.

_____. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41 a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RODRIGUEZ, Janete Lins (coord.) Cartilha Paraibana: aspectos geo-históricos e folclóricos. João Pessoa, GRAFSET, 1993, 128p.